

Joaquim Chissano

Afirmações de um presidente empenhado na busca da paz

Por impossibilidade logística de entrevistar o Presidente da República Popular de Moçambique, Joaquim Chissano, respigámos dos seus recentes discursos e entrevistas as mais significativas declarações sobre as questões com que a sociedade moçambicana se confronta. Elas ajudam a clarificar o pensamento do presidente moçambicano e evidenciam o rumo das modificações que ele procura imprimir no seu país.

Diálogo com a Renamo

«Não oferecemos nada de novo. Oferecemos aquilo que sempre vínhamos oferecendo: o diálogo com base em princípios universais, apresentados em 12 pontos que agora estão de uma forma mais vasta no anteprojecto de revisão da Constituição.

Pensamos que a posição da «Renamo» poderá ser agora mais clara sobre o que queremos dizer com direitos, garantias, liberdades e o que queremos dizer com soberania do povo»⁽¹⁾.

O papel dos mediadores

«Ainda não chegámos a um ponto que se transformasse numa exigência o papel dos mediadores (Zimbabwe e Quénia). Reconheço que há atritos e desconfianças de ambos os lados, mas isso torna os mediadores complementares.»⁽²⁾

O que é a Renamo

«Para nós, o mais difícil é saber o que é, em termos políticos, a Renamo e quem são os seus membros. Noutros países, quando se chega à guerra é porque houve uma divisão entre os intervenientes, depois de discussões e incompatibilidades – e conhecem-se de parte a parte.

Em Moçambique, nós não sabemos quem é o Dhlakama, se ele foi da Frelimo, qual a acção dele. Só agora estamos a saber quem ele é»⁽²⁾

Os massacres cometidos pela Renamo

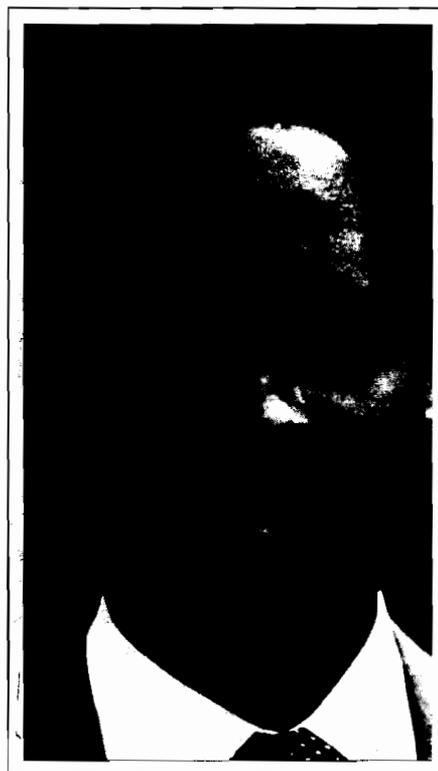
«Se queremos resolver o problema, vamos pôr de parte os massacres. Não há-de ser essa a nossa agenda. Se não são eles, óptimo, vamos descobrir quem foi. Nós queremos é o fim da violência, a paz.

Não vamos negociar para um ajuste de contas.

A agenda terá como objectivo saber como todo o povo de Moçambique poderá participar na vida política, económica e social do nosso país.»⁽²⁾

A intervenção dos EUA

«(...) os americanos contactaram a Renamo e apresentaram-lhes sete pontos para



a negociação»⁽³⁾. Depois de uma pequena relutância, seis foram aceites. Penso que isso foi positivo. Porque eu concordei com todos os pontos elaborados pelos Estados Unidos.

Mas não fui eu que pedi aos americanos para falarem com a Renamo. Essa foi uma iniciativa totalmente deles.»⁽²⁾

África do Sul: o apoio à Renamo

«Através de contactos que temos tido com o Governo da África do Sul, compreendemos que este é sério e está comedido em parar com todo o tipo de apoio à Renamo.

Propostas para parar com os apoios à Renamo foram feitas pelo Vice-Presidente do ANC Nelson Mandela, e esperamos que estas sejam tomadas em consideração pelo Governo sul-africano. Para nós, o que é importante é que as medidas sejam tomadas não só pela África do Sul, mas também por outros países visando a cessação dos apoios à Renamo.»⁽³⁾

Revisão constitucional

«Este debate, que se estenderá à extensão de todo o território nacional e às comunidades moçambicanas no exterior do país procurará de uma forma genuína, obter o consenso nacional sobre a forma política, a estrutura do Estado e do Governo moçambicanos e as suas instituições, dos direitos e deveres dos cidadãos»⁽⁴⁾

Eleições gerais

«(...) como parte integrante da preparação de eleições gerais previstas para 1991, o Governo vai, durante o ano em curso, proceder ao recenseamento geral da população que nos facilitará o recenseamento eleitoral.»⁽⁴⁾

Lei eleitoral

«A lei eleitoral (em fase de elaboração) procurará criar as condições necessárias para que todos os cidadãos sem qualquer distinção baseada na cor, raça, religião ou ideais políticos possam exercer e



fazer valer o seu direito constitucionalmente garantido de eleger e ser eleito.»⁽¹⁾

Pluripartidarismo

«O povo terá que discutir isso. Convidamos todos a participar nesse debate. Estou disposto a seguir o veredicto popular.»⁽²⁾

«Um dos receios que há do multipartidarismo é que ele provoque uma dispersão de forças. Essas forças são necessárias para a construção da nação e para o seu desenvolvimento, em vez de serem desperdiçadas em lutas pelo poder.

Claro que existem vantagens no multipartidarismo, mas eu apontava essa desvantagem para os países pobres.»⁽²⁾

Marxismo

«Uma análise mais profunda revelou-nos que era impossível aplicar o marxismo no nosso país. Moçambique tem muito analfabetismo, pobreza extrema, cultura política incipiente, uma classe operária pouco expressiva e sem consciência de classe (...)»⁽²⁾.

O PRE: Programa de Reabilitação Económica

«O PRE [foi] concebido para travar a queda vertiginosa em que a nossa economia se encontrava e corrigir distorções, rumo a um desenvolvimento planificado»⁽⁴⁾

«Lográmos o crescimento da economia, reanimámos e mudámos o pensamento e acção dos agentes económicos e iniciámos um crescimento positivo de todos os ramos e sectores de actividade.

Para o povo, o melhor indicador da vitalidade da nossa economia é o mercado. Com efeito o mercado moçambicano mudou de face. É notória a quanti-

dade, variedade e qualidade dos produtos ofertados ao consumidor, situação que era difícil de se verificar nos anos anteriores ao Programa de Reabilitação Económica»⁽⁴⁾.

«O Programa de Reabilitação Económica já deu provas de ser um programa adequado à actual conjuntura do país (...)»

«Porém, seríamos omissos se não nos referíssemos aos graves efeitos colaterais que dele advêm, e que afectam particularmente as camadas vulneráveis. Sabemos que o crescimento da economia, apesar de substancial, ainda não se reflecte sobre a vida dos nossos trabalhadores, sobretudo os dos escalões mais baixos, porque partimos de uma base bastante negativa da economia do país. É para aliviar o peso social que recai em primeiro lugar sobre estes trabalhadores e suas famílias que apelamos à continuidade da compreensão e apoio da comunidade internacional ao esforço de reabilitação económica e social...»⁽³⁾.

As greves

«As greves que têm tido lugar em Moçambique são o resultado, em primeiro lugar, de uma certa saturação devido aos efeitos negativos da aplicação do Programa de Reabilitação Económica. O PRE exige sacrifícios. Nós no Governo já esperávamos que estes sacrifícios seriam pesados.

Avisámos isso a toda a população e pedimos que esta aceitasse suportar esses sacrifícios se nós não queremos adiar um problema, um sacrifício para uma outra altura ou se não queremos perpetuar o sofrimento.

Só que a população não podia medir a magnitude dos sacrifícios que lhe eram pedidos. Mas a economia está realmente a desenvolver-se, no entanto a subida do

Produto Nacional Bruto ainda não se pode reflectir de uma maneira imediata sobre a vida e no melhoramento da vida da população e dos trabalhadores, particularmente da população mais desfavorecida. Por isso, a reacção normal é a reivindicação (...)»⁽³⁾.

As Forças Armadas

«Queremos reduzir ao máximo as nossas Forças Armadas e dar-lhes mais eficácia, tanto na combatividade como na administração. É um processo longo, porque precisamos de quadros.

O nosso Exército tem que estar pronto a defender a soberania, porque a desestabilização é uma questão conjuntural que vai passar»⁽²⁾.

(1) - Comunicação ao corpo diplomático acreditado em Maputo, no dia 5 de Janeiro de 1990

(2) - Entrevista ao semanário português «Expresso», publicada na edição de 12 de Maio de 1990

(3) Conferência de imprensa dada em Londres, por ocasião da visita oficial ao Reino Unido, publicada na edição revista «Tempo» de 25 de Março de 1990

(4) - Mensagem de fim de ano, publicada no semanário «Tempo» na sua edição de 7 de Janeiro de 1990

(*) - Lista de sete pontos elaborada pela administração Bush (publicada no boletim semanal da Agência de Informação de Moçambique -AIM):

1. Deve haver uma solução pacífica e a cessação de todos os ataques contra civis;
2. A democracia em Moçambique baseia-se na liberdade de expressão, de associação e oportunidade económica para todos;
3. Todos os moçambicanos têm o direito de tomar parte na vida política, cultural, social e económica, e determinar a política nacional;
4. O Povo é soberano e tem o direito de tomar decisões que envolvam a governação de todos os cidadãos;
5. A reconciliação e a unidade nacionais deverão ser os princípios orientadores do processo de paz;
6. Todas as partes deverão reconhecer a legitimidade da República Popular de Moçambique e a sua Constituição, instituições e leis fundamentais delas derivadas;
7. As modificações de ordem existente na RPM deverão ser efectuadas de maneira pacífica e democrática.